

PROJETO DE LEI Nº 26/2025

AUTOR/ SIGNATÁRIO

Vereador João de Deus
Pereira Partido dos
Trabalhadores

EMENTA

Dispõe sobre a Política Municipal de Reforma,
Modernização, Informatização e
Sustentabilidade dos Cemitérios Públicos de
Teresina, e dá outras providências.

TEXTO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Reforma, Modernização, Informatização e Gestão Sustentável dos Cemitérios Públicos de Teresina.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

- I – promover a requalificação física dos cemitérios públicos;
- II – modernizar e digitalizar processos administrativos e cadastros;
- III – garantir acessibilidade universal;
- IV – ampliar a segurança, limpeza e organização;
- V – implementar práticas ambientais sustentáveis;
- VI – assegurar transparência e eficiência na gestão dos espaços funerários.

CAPÍTULO II – DA REFORMA E INFRAESTRUTURA

Art. 3º Os cemitérios públicos municipais deverão receber obras de reforma, requalificação e manutenção estrutural, compreendendo:

- I – recuperação de muros, capelas, áreas administrativas e estruturas de apoio;
- II – pavimentação e nivelamento das vias internas;
- III – implantação e modernização da drenagem;
- IV – padronização de calçadas, passeios e sinalizações internas;
- V – substituição e ampliação da iluminação pública.

Art. 4º A Secretaria Municipal competente deverá elaborar **Plano Diretor de Intervenções**, contendo cronograma oficial de execução, prioridades e custos.





CAPÍTULO III – DA INFORMATIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

Art. 5º Fica criado o **Sistema Municipal Digital de Gestão Cemiterial – SISGEC**, que terá as seguintes funcionalidades:

- I – cadastro digital de sepulturas, jazigos e titularidades;
- II – mapa interativo de localização de sepulturas;
- III – processos eletrônicos para sepultamentos, exumações e renovações;
- IV – emissão eletrônica de certidões, documentos e comprovantes;
- V – portal público para consulta e transparência das informações.

CAPÍTULO IV – DA INFORMATIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CADASTROS E PROCESSOS

Art. 6º Fica **obrigatória** a informatização integral dos cadastros, registros e processos administrativos referentes aos cemitérios públicos municipais de Teresina.

§1º A informatização abrangerá, no mínimo:

- I – banco de dados digital atualizado de todas as sepulturas, quadras e jazigos;
- II – registros históricos de titularidade, transferência, concessão e renovação;
- III – processos eletrônicos para sepultamentos, exumações e outros serviços funerários;
- IV – integração automática com o SISGEC;
- V – emissão exclusivamente digital de certidões e documentos oficiais.

§2º Os dados digitalizados deverão observar padrões de segurança, proteção de dados pessoais e interoperabilidade com sistemas municipais.

§3º Será vedada a manutenção de cadastros exclusivamente em papel após o prazo de transição de **180 (cento e oitenta) dias** a contar da implantação do SISGEC.

§4º O Município deverá capacitar servidores, fornecer suporte técnico e garantir infraestrutura digital adequada.

CAPÍTULO V – DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Art. 7º Os cemitérios públicos serão adaptados para garantir acessibilidade plena, com:

- I – rampas, pisos táteis e sinalização acessível;
- II – sanitários adaptados;
- III – vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiência;
- IV – áreas de descanso e pontos de hidratação;
- V – sinalização visual e tátil padronizada.



100-443887-100

1	1. The first step in the process of developing a new product is to identify a market need.	1
2	2. The second step is to conduct a feasibility study to determine if the product is viable.	2
3	3. The third step is to develop a prototype of the product.	3
4	4. The fourth step is to conduct a pilot test to evaluate the product's performance.	4
5	5. The fifth step is to launch the product into the market.	5

1. The first step in the process of the investigation is the identification of the problem. This is done by the investigator who is responsible for the investigation. The investigator must identify the problem and the scope of the investigation. The investigator must also identify the objectives of the investigation and the methods to be used. The investigator must also identify the resources available for the investigation.

[illegible]

1. The first of these is the fact that the
2. of the system is not a simple matter of
3. the system is not a simple matter of
4. the system is not a simple matter of
5. the system is not a simple matter of
6. the system is not a simple matter of
7. the system is not a simple matter of
8. the system is not a simple matter of
9. the system is not a simple matter of
10. the system is not a simple matter of



CAPÍTULO VI – DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Art. 8º Os cemitérios públicos de Teresina deverão adotar práticas sustentáveis, incluindo:

- I – arborização, jardins e áreas verdes;
- II – gestão adequada dos resíduos funerários;
- III – instalação de lixeiras seletivas;
- IV – uso de iluminação solar, quando possível;
- V – uso de água de reuso para irrigação de áreas verdes.

CAPÍTULO VII – DA SEGURANÇA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Art. 9º Os cemitérios municipais deverão contar com:

- I – sistema de videomonitoramento;
- II – vigilância presencial ou ronda patrimonial;
- III – horários padronizados de funcionamento;
- IV – numeração padronizada de quadras, filas e jazigos.

Art. 10 Serão instaladas placas com mapas internos, orientações, normas de uso e contatos de emergência.

CAPÍTULO VIII – DA GESTÃO, PARCERIAS E TRANSPARÊNCIA

Art. 11 O Município poderá celebrar parcerias, convênios ou PPPs para:

- I – manutenção e operação dos cemitérios;
- II – digitalização de acervos e gestão do SISGEC;
- III – implantação de melhorias estruturais.

Art. 12 A Secretaria responsável deverá publicar **Relatório Anual de Gestão Cemiterial**, contendo dados de movimentação, receitas, despesas e indicadores de qualidade.

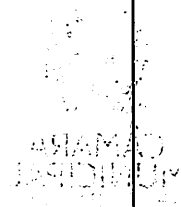
CAPÍTULO IX – DO FINANCIAMENTO

Art. 13 A implementação desta Lei será custeada por:

- I – dotações orçamentárias municipais;
- II – fundos municipais;
- III – emendas parlamentares;
- IV – recursos provenientes de parcerias e convênios.



REPÚBLICA DE CHILE
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
MINISTERIO DE INTERIORES
SECRETARÍA DE SEGURIDAD



En Valparaíso, a los 15 días del mes de mayo del 2001.

Yo, el Subsecretario de Seguridad, en uso de las atribuciones que me confiere el artículo 10 del Decreto con Fuerza de Ley N° 2.200-2/2001, que instituye la Infra-estructura de Claves Públicas Brasileña - ICP-Brasil,

decretó: Art. 1º.- Se declara que el documento electrónico con el identificador 310033003700300036003A005000, emitido por el Ministerio de Interiores, es auténtico y válido.

En Valparaíso, a los 15 días del mes de mayo del 2001.

Firma: Subsecretario de Seguridad

En Valparaíso, a los 15 días del mes de mayo del 2001.

Yo, el Subsecretario de Seguridad, en uso de las atribuciones que me confiere el artículo 10 del Decreto con Fuerza de Ley N° 2.200-2/2001, que instituye la Infra-estructura de Claves Públicas Brasileña - ICP-Brasil,

decretó: Art. 1º.- Se declara que el documento electrónico con el identificador 310033003700300036003A005000, emitido por el Ministerio de Interiores, es auténtico y válido.

En Valparaíso, a los 15 días del mes de mayo del 2001.

Firma: Subsecretario de Seguridad

Yo, el Subsecretario de Seguridad, en uso de las atribuciones que me confiere el artículo 10 del Decreto con Fuerza de Ley N° 2.200-2/2001, que instituye la Infra-estructura de Claves Públicas Brasileña - ICP-Brasil,

decretó: Art. 1º.- Se declara que el documento electrónico con el identificador 310033003700300036003A005000, emitido por el Ministerio de Interiores, es auténtico y válido.

En Valparaíso, a los 15 días del mes de mayo del 2001.

Firma: Subsecretario de Seguridad

Subsecretario de Seguridad



CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de **120 dias**.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Teresina (PI), 17 de Novembro de 2025.



João Pereira

Vereador - Partido dos Trabalhadores





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir a Política Municipal de Reforma, Modernização, Informatização e Gestão Sustentável dos Cemitérios Públicos de Teresina, estruturando ações necessárias para melhorar de forma definitiva a qualidade dos serviços funerários e a organização dos espaços cemiteriais da capital.

Nas últimas décadas, os cemitérios públicos municipais têm enfrentado desafios significativos relacionados à infraestrutura deteriorada, falta de padronização interna, carência de sinalização adequada, problemas de drenagem, ausência de acessibilidade universal, insegurança e deficiências na gestão documental e administrativa. Tais problemas impactam diretamente milhares de famílias que utilizam esses serviços em momentos de vulnerabilidade emocional, exigindo do Poder Público um tratamento digno, eficiente e humanizado.

Um dos pontos centrais desta proposição é a **informatização completa dos cadastros, processos e registros** dos cemitérios, medida urgente e indispensável para modernizar os serviços, garantir segurança jurídica e eliminar a histórica dependência de arquivos em papel, frequentemente desatualizados, ilegíveis ou vulneráveis a perda física. A implantação do **Sistema Municipal Digital de Gestão Cemiterial (SISGEC)** permitirá localizar jazigos com precisão, emitir certidões de forma instantânea, acompanhar processos em tempo real e oferecer transparência total aos cidadãos.

A digitalização não apenas melhora a eficiência administrativa, como também reduz erros, previne conflitos de titularidade e fortalece o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), beneficiando diretamente a população e otimizando o trabalho dos servidores.



